



História: Debates e Tendências

ISSN: 1517-2856

felipeabal@upf.br

Universidade de Passo Fundo

Brasil

Pingret, Alexandra

Os movimentos sociais contemporâneos e a marcha mundial das mulheres

História: Debates e Tendências, vol. 13, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 205-220

Universidade de Passo Fundo

Passo Fundo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456390014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Os movimentos sociais contemporâneos e a Marcha Mundial das Mulheres

Contemporary social movements and the World March of Women

Los movimientos sociales contemporáneos y la Marcha Mundial de las Mujeres

Alexandra Pingret*

Resumo

O presente artigo busca situar a Marcha mundial das mulheres (MMM) nos estudos contemporâneos sobre os movimentos sociais. Considerando alguns aspectos dos contextos nos quais se desenvolveram os movimentos em redes e a MMM – que é considerada um movimento social contemporâneo, fluido e heterogêneo – esta pesquisa bibliográfica pretendeu conhecer parte do contexto social do século XXI, bem como as discussões acerca dos movimentos sociais, buscando uma maior compreensão da MMM nesse contexto.

Palavras-chave: Ação coletiva. Marcha mundial das mulheres. Movimentos sociais.

Neste texto realizamos algumas reflexões a partir do estudo sobre os movimentos sociais contemporâneos que antecederam o Fórum Social Mundial, em 2001, no qual a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) ampliou a sua rede de movimentos, sindicatos e associações. A MMM é um movimento social contemporâneo, em forma de rede, que busca legitimidade em meio aos demais movimentos.

Uma manifestação pública feminista ocorrida em Québec, Canadá, em 1999, que teve como lema “pão e rosas”, aderindo à luta de resistência contra a pobreza e a violência, inspirou a formação da MMM. Quebec foi o palco dos três primeiros encon-

* Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina. Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Recebido em: 14/07/2012 Aprovado em 19/10/2012

<http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.13n.1.2628>

tros internacionais da Marcha e no Canadá é encontrado o maior número de grupos/instituições participantes: 654. No Brasil, encontra-se a segunda maior organização quantitativa, com 304 instituições, conforme as informações consultadas no site do movimento (<http://sof.org.br/marcha/>).

Alguns aspectos contribuíram para a expansão da MMM no Brasil e internacionalmente, como, por exemplo a massificação das tecnologias, da primeira década do século XXI; as primeiras edições do Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, 2002 e 2003; e a organização das forças sociais de esquerda oriundas dos pleitos eleitorais para presidente da república desse período.

Na sequência, antes de adentrarmos na contextualização dos movimentos sociais no século XXI, optamos por considerar alguns estudos que contribuem para que possamos compreender parte do associativismo civil no Brasil. Assim, optamos por retornar brevemente à segunda metade do século XX, considerando sua conjuntura específica, mas que não pode ser ignorada, pois as diversas manifestações sociais daquele período constituíram parte da “gestação” dos movimentos sociais contemporâneos. Michael Denning propõe primeiramente uma reflexão sobre os movimentos de 1968, que devem ser compreendidos, segundo o autor, como movimentos de liberação, pois esses movimentos foram desenvolvidos em um momento histórico particular e “lutavam contra o Estado: o Estado de bem-estar social, o Estado de guerra, o Estado intervencionista”.¹ Esse autor cita alguns exemplos:

A luta das mulheres por liberdade social e reprodutiva, e pelo direito ao divórcio, contracepção e aborto, e contra o assédio sexual e a violência; a resistência à escalada de armas nucleares; as greves espontâneas e a auto-organização de jovens trabalhadores do setor público, a ação direta por direitos civis e direitos de bem-estar organizada por minorias étnicas.²

Sobre os movimentos de 1968, cabe ressaltar alguns exemplos de manifestações destacados por Ana Maria Colling:

O Maio Francês que começou como contestação cultural. Os estudantes parisienses, ao montarem suas barricadas, contrapunham-se à reforma universitária proposta pelo presidente De Gaulle. As ruas de Paris se transformaram em palco de uma verdadeira guerra civil, quando mais de 10 milhões de trabalhadores, entraram em greves. As fábricas foram ocupadas, como as universidades e tudo parou. [...] Fatos semelhantes aconteciam na Itália, Inglaterra, Alemanha, Espanha³.

Ainda no cenário internacional, podemos lembrar que, no mês de agosto, em Praga, tanques russos desfilavam pelas ruas, ocupando prédios estratégicos do país, tais como a sede do governo, a Assembleia Nacional e a sede do Partido Comunista. Nos Estados Unidos, a luta dos negros contra a discriminação racial atingiu seu auge com os “Panteras Negras”, passando para a luta armada. Além disso, ocorria a resistência pacifista dos *hippies*, pedindo o fim da guerra do Vietnã, com frases como “faça amor, não faça guerra”.

No caso nacional um exemplo é a “Passeata dos 100 mil”, realizada no Rio de Janeiro, no mês de junho de 1968, na qual estudantes, artistas, intelectuais e religiosos reivindicavam a liberdade de expressão,

com palavras de ordem como: “abaixo a ditadura” e “o povo unido jamais será vencido”. Essa manifestação ocorreu poucos meses antes da decretação do Ato Constitucional número 5 (AI 5), que marcou a radicalização da ditadura no país.

Assim, nas décadas finais do século XX, foram desenvolvidas várias manifestações cívicas públicas contra o poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos e, com o processo de redemocratização, desenvolveram-se movimentos de ampliação da cidadania que reivindicavam a regulamentação ou a criação de novos direitos: civis, políticos, sociais, culturais, étnicos, de gênero e ambientais. Nesse sentido, os movimentos sociais existentes remodelaram suas práticas e valores para atenderem a essas demandas. Gohn exemplifica essas adequações em relação aos movimentos no Brasil:

No campo existem movimentos de mulheres que identificam a luta camponesa com a emancipação da mulher. [...] Na área urbana, movimentos sociais que lutam por moradia, transporte, água, saneamento e outros direitos sociais tipicamente urbanos também já incorporam a perspectiva dos direitos das mulheres em suas grandes reivindicações.⁴

Essas manifestações demonstram uma insatisfação com o modelo de sociedade vigente. Nesse sentido, Denning se refere a alguns momentos nos quais o movimento antiglobalização se notabilizou: o primeiro momento foi quando uma série de revoltas urbanas, baseadas no pedido por comida, ocorreu em vários países: Peru, Polônia, Egito, onde houve aumentos abusivos nos preços dos itens de subsistência e do com-

bustível. Na Jamaica ocorreram saques em lojas. Essas revoltas são consideradas pelo autor como “revoltas contra o FMI”, tendo em vista as rigorosas exigências impostas pelo Fundo Monetário aos governos. Elas ocorreram no fim da década de 1970 e começo dos 1980.

O segundo momento, ainda citado por Denning, deu-se em 1989, período do colapso do leste europeu comunista, tendo havido a transição para a democracia das ditaduras militares e estados de partido único, na América Latina e na África, dentre muitos outros acontecimentos que provocaram quebras de contratos sociais anteriores. No início dos anos de 1990, uma nova onda de protestos voltou a acontecer na Venezuela, no Marrocos, na Índia e nos Estados Unidos. Um terceiro momento, este mais visível, inaugurado pela revolta dos Zapatistas em Chiapas, em 1994, por meio do qual, lançando mão da revolta rural contra o cerceamento das terras comunitárias, os zapatistas pediram o apoio da sociedade civil, reformulando o discurso das esquerdas, pois, segundo Denning, naquele contexto, foram visibilizados e estabelecidos seus inimigos em comum. Nas palavras do autor:

[...] o estabelecimento da OMC [Organização Mundial do Comércio], do FMI e do Banco Mundial como alvos permitiu um notável entendimento entre as duas metades da esquerda que estavam divididas desde a guerra do Vietnã, ou seja, a esquerda relativamente nacionalista, social-democrata e trabalhista com a esquerda solidária anti-imperialista.⁵

Prossegue Denning afirmando que o movimento antiglobalização teve suas primeiras manifestações desde o final da década

da de 1970. Entre os exemplos posteriores, o autor destaca a de Seattle, em 1999, que “marcou manifestação nos EUA dos vinte anos de insurreições populares contra os cerceamentos [...] globais dos bens públicos” (2002, p. 62). Citando alguns exemplos de manifestações antiglobalização, o autor escreve:

[...] em 16 de maio de 1998, contra o segundo Encontro da cúpula da OMC [Organização Mundial do Comércio] em Gênova com grande repercussão no Brasil e na Índia, do 18 de junho (18 de junho de 1999 contra o encontro do G8 com grandes manifestações em Londres), do 30 de novembro (30 de novembro de 1999, em Seattle), do 16 de abril (16 de abril de 2000, manifestação em Washington contra o FMI e o Banco Mundial).⁶

No final dos anos de 1970 e durante toda a década de 1980, segundo Gohn, surgiram novas formas de estudos sobre os movimentos sociais populares urbanos, nos chamados países de terceiro mundo, especialmente na América Latina. Para a autora, no Brasil, essa discussão tem passado pelos “novos atores, novas problemáticas e novos cenários políticos, mulheres, crianças, índios, negros, pobres em geral se articulam com cléricos, intelectuais e políticos de esquerda, gerando ações coletivas”.⁷

A organização dos movimentos sociais no Brasil, pós-ditadura cívico-militar, se desenvolveu na tensão entre os pressupostos ideológicos e políticos e os vínculos sociais comunitários organizados por critérios étnicos, de gênero, questões ecológicas, religiosas, entre outras. Dessa forma, os interesses eram mais particularizados do que os dos grupos que reivindicavam seus direitos den-

tro dos partidos e sindicatos. Nesse sentido, Éder Sader se refere a um novo sujeito, criado no contexto dos movimentos sociais populares em São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980: um sujeito coletivo que é estudado a partir do seu cotidiano, na luta por seus direitos.

Para Sader, esse novo sujeito está impregnado dos significados das ações sociais que o constituíram, por isso é considerado como produto social, que, de acordo com sua conjuntura, se desenvolve a partir da profunda desconfiança do povo em relação às instituições que escapam do “controle direto das pessoas implicadas e uma igualmente profunda valorização da autonomia de cada indivíduo”, o que propicia a “diversidade de movimentos, produzida pela diversidade das condições que envolvem cada um”.⁸

A categoria de atores sociais é também utilizada por Gohn, tendo em vista que esses, muitas vezes, se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, mas sim a eixos temáticos básicos como os já citados. Os conflitos de classe parecem ser igualados pelos conflitos entre atores da sociedade.

Nesse contexto, a descrença nas instituições e nas práticas políticas vigentes, que possuíam como principais características a manipulação e a cooptação das instituições, fez com que as pessoas buscassem um novo espaço na sociedade e na política, a de “sujeitos de sua própria história”, conforme Sader. Todavia, os movimentos sociais não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política. Eles se desenvolveram “através de suas formas de

organização e de luta, [assim] eles alargaram as fronteiras da política”.¹ Dessa maneira, ainda segundo esse autor, os movimentos sociais apontaram:

no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros.²

Especialmente a partir dos anos 1990, altera-se o cenário das lutas e o quadro de análises dos movimentos sociais. Segundo Gohn, alguns autores passaram a considerar os novos sujeitos como sinônimo de movimentos, outros observaram a proliferação das Organizações Não Governamentais (ONGs) para desqualificar os movimentos e outros ainda consideraram essa dinâmica dos movimentos como sinalizador de uma nova conjuntura socioeconômica, política e cultural da sociedade civil.

Em relação aos movimentos de mulheres, conforme a mesma autora, nesse período a tendência foi o:

[...] fortalecimento de grupos institucionalizados e certa desativação de movimentos sociais independentes de organizações ou políticas públicas. Apesar da conquista de inúmeros espaços na vida cotidiana e nas políticas estatais, o movimento de mulheres, assim como outros movimentos sociais, refluíram enquanto mobilização. Em compensação, ONGs criadas e coordenadas por mulheres se multiplicaram em todas as classes e camadas sociais e foram se tornando a forma de representação predominante das mulheres no Brasil.³

São muitas as discussões referentes às ONGs, todavia, não é nosso propósito mapear essa produção, cabe aqui apenas ressaltar que elas são entendidas como elementos que caracterizam esse período. O terceiro setor, como também são denominadas, atua em diversos segmentos, elaborando projetos e programas sociais que, geralmente, são apoiados por órgãos públicos e/ou organismos internacionais. Para Ilse Scherer-Warren, “o termo ‘terceiro setor’ tem sido empregado também para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais, com interesse público”.⁴ E, segundo ela, a sociedade civil também pode ser incluída nesse setor.

Na análise de Gohn, o período da globalização econômica e o novo cenário que se apresentava no mundo, no final do século XX, devem ser vistos como o pano de fundo para a análise das demandas dos movimentos sociais, ela afirma que vários estudos registram o início dos movimentos antiglobalização nos anos de 1990, citando as seguintes ações:

[...] na cidade de Seattle/EUA como um de seus marcos, durante a conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, iniciando uma nova forma de protesto onde o FMI e o Bird eram os grandes vilões; seguiram-se em Davos/Suíça, durante o Encontro Anual do Fórum Econômico Mundial; em Washington, na reunião da primavera de 1999 do FMI/Bird; [...] Acrescenta-se a estas manifestações o protesto liderado por José Bové, na França, contra a rede do McDonald’s, entre outros. Paralelamente, criaram-se organizações que foram fundamentais para a organização dos protestos do movimento tais como o Attac – Associação pela Taxação de Transações para a ajuda aos cidadãos (criada na França em 1998).⁵

Nesse contexto, outras categorias explicativas foram criadas, como a mundialização e a planetarização e, na literatura internacional, o tema dos movimentos sociais foi explorado imensamente. No final da década de 1990, os movimentos sociais foram, aos poucos, sendo ampliados por estudos das redes sociais de um mundo globalizado. Essas transformações da sociedade e dos movimentos sociais decorrentes da globalização afetaram os padrões das relações sociais, juntamente com o avanço das novas tecnologias.

Em relação ao Brasil, consideramos parte importante desse contexto a luta da sociedade civil organizada no processo de redemocratização do país, com a campanha “Diretas já” e pela aprovação de uma Constituição que representasse os anseios da classe trabalhadora no Brasil. Nessa linha, cabe citar também o fortalecimento de redes e estruturas nacionais de movimentos sociais, como, por exemplo, a Central de Movimentos Populares (CMP) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT); o surgimento de movimentos internacionais e o crescimento das ONGs (sendo, inclusive, nesse período, criada a Associação Brasileira de ONGs – ABONG), que se desenvolveram como redes de redes, que pretenderam unificar as lutas das entidades da sociedade civil, entre as décadas de 1980 e 2000.

Na sequência, são abordadas questões relativas ao século XXI, no qual se vive um novo momento do associativismo civil, a partir do contexto já mencionado. Antes, porém, destacamos a concepção referente à sociedade civil, de Scherer-Warren, na qual nos embasamos:

Parte-se aqui de uma noção genérica e contemporânea de sociedade civil. De fato, trata-se de um conceito clássico da sociologia política, mas, na atualidade, ele tende a ser utilizado num modelo de divisão tripartite da realidade: Estado, mercado e sociedade civil. Nesta perspectiva teórica, a sociedade civil, embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, [...] distinguindo-se assim dos dois primeiros setores acima que estão orientados, também preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia.⁶

Nesse sentido, é importante enfatizar que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas. Esse contexto é propício para a expansão da democracia e muitas organizações ocupam esse espaço na busca de um controle social pela cidadania. Nesse processo, a construção das pautas dos movimentos se volta para as políticas emancipatórias, que, segundo Scherer-Warren, “conectam as várias particularidades dos indivíduos em redes normativas mais abrangentes, contribuindo para a transformação dos indivíduos participantes em sujeitos de direito” (2008, p. 508).

O estudo do contexto sociopolítico atual e as novas formas e características dos movimentos sociais nesse período serão ressaltados, no limite das nossas possibilidades, tendo em vista a conjuntura dinâmica e complexa que se apresenta no século XXI. Os aspectos elencados foram os que nos au-

xiliam a compreender a Marcha Mundial das Mulheres nesse contexto, todavia, são estudos que certamente poderão ser ampliados posteriormente.

Assim, valorizando as mudanças no contexto da sociedade contemporânea, podemos considerar alguns aspectos como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas complexos de informação, estimulados pelo desenvolvimento das tecnologias. Setores da sociedade civil começam a despertar para a necessidade de organizações ao redor da temática meios de comunicação. Conforme Gohn, a internet tem sido

o grande meio/veículo articulador de ações coletivas e movimentos sociais, ela possibilitou a criação de redes virtuais que viabilizam conexões de grupos que nunca se encontraram fisicamente de fato. A internet e outros meios das novas tecnologias informacionais possibilitam, não apenas a conexão e estruturação das ações, mas eles têm sido os grandes agentes divulgadores das informações, alimentadores das ações e reações em cadeia, em tempos recordes.⁷

Esse aspecto da sociedade contemporânea é um dos desafios que os movimentos sociais encontra, mas que também está contribuindo para o desenvolvimento de suas novas tendências, que, segundo Scherer-Warren, “começaram a se organizar e negociar ações políticas, cada vez mais sob a forma de rede, que ora se contraía em suas especificidades, ora se ampliava na busca de poder político”,⁸ sem deixar de lado, obviamente, os encontros presenciais. Conforme destaca a autora:

[as] reuniões, seminários, assembleias, etc.) continuam sendo muito valorizados, pois neles é onde ocorre o debate mais profundo, a experiência da prática na política,

os vínculos mais duradouros no interior da rede. A forma virtual e a presencial de comunicação se complementam, na medida em que a primeira é mais ágil, mais ampla e, às vezes, com menos custos individuais; a segunda é mais intensa, ainda que de mais difícil realização.⁹

Essas redes de movimentos sociais são constituídas a partir de amplas demandas e instituições e, por seu intermédio, a comunicação cotidiana é aparentemente garantida, através dos meios virtuais, para um público muito diversificado. Sobre os meios virtuais, Jorge Alberto S. Machado escreve:

A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes.¹⁰

Nesse contexto, a MMM possui um site, no qual estão contidas as mais diversas informações institucionais, como por exemplo: quem são, organização, campos de ação, memória, fotos, notícias, entre outras. Pela dimensão e construção desse site, pode-se imaginar que ela tenha à sua disposição uma grande estrutura. Mas, na realidade, a MMM utiliza a ONG Sempre Viva Organização Feminista (SOF) como sede, a qual tem uma estrutura enxuta de funcionamento. Também produz um boletim eletrônico, sem periodicidade estabelecida, que é transmitido via internet e poucos exemplares impressos são mandados para as entidades que pertencem à Marcha. Também há uma socialização, via internet, das sínteses das reu-

niões e encontros presenciais, esporádicos, tanto nos níveis nacionais como estaduais. Nesse sentido, a MMM utiliza as tecnologias a seu favor, assim como ocorre com outros movimentos.

Outro aspecto determinante para o crescimento da MMM foi o Fórum Social Mundial (FSM), que, como já visto, foi “gerado” em meio a vários outros eventos e mobilizações ocorridos no final do século XX, os quais advêm de muitas lutas e manifestações em dimensão global. O FSM que possui uma carta de princípios, na qual se define como “um espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal e estão construindo alternativas para favorecer o desenvolvimento humano e buscar a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais”. No histórico descrito no site consta a informação de que o Comitê Organizador do FSM 2001 foi formado por oito entidades brasileiras: Abong, Attac, CBJP, Cives, CUT, Ibase, MST e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Foi criado, também, um escritório, em São Paulo (Brasil), que desde 2000 até os dias de hoje apoia e dá suporte ao processo FSM, ao Conselho Internacional (CI) do FSM e suas comissões e aos comitês organizadores dos eventos anuais do FSM. Além de integrarem o CI e suas comissões, as oito entidades conformam atualmente o chamado Coletivo Responsável pelo Escritório do FSM no Brasil.

O FSM iniciou suas atividades juntamente com o milênio, em 2001, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão do governador Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). O Fórum continuou a ocorrer nessa cidade até a terceira edição, em 2003. Em 2004 foi reali-

zado em Mumbai, na Índia, e no ano de 2005 foi novamente realizado em Porto Alegre, quando foi constituído um comitê Organizador Brasileiro formado por 23 organizações, subdivididas em oito Grupos de Trabalho (GTs) abertos: Espaços, Economia Popular Solidária, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Cultura, Tradução, Comunicação, Mobilização e Software Livre (articulado com o GT de Comunicação). Mais tarde, um nono GT, intitulado Programa, foi criado.

Em 2006, a edição do FSM foi “policêntrica”, realizada em três cidades: Bamako (Mali - África), entre 19 e 23 de janeiro de 2006; Caracas (Venezuela - América do Sul) e Karachi (Paquistão - Ásia). Em 2007 foi realizado no continente Africano, em Nairóbi, Quênia. No ano de 2008 modificou-se o formato, realizando-se uma semana de mobilização e ação global, com diversos atos parciais em diversos países. Em 2009, o evento teve sede em Belém, no Pará. A partir de 2010 o FSM iniciou uma lista de atividades, em várias regiões do Brasil e do mundo, como, por exemplo: Fórum Social Temático da Bahia em Salvador. No estado do Rio Grande do Sul, foram realizados vários fóruns: Social de Economia Solidária e I Feira Mundial de Economia Solidária, em Santa Maria e Canoas; 6º Fórum Mundial de Juízes, em Porto Alegre; Fórum Social Mundial da Serra Gaúcha, em Bento Gonçalves; Acampamento Intercontinental da Juventude 10 anos, em Lomba Grande (Novo Hamburgo). Em outros países, ocorreu o Fórum Social Mundial Madri 2010, em Madri, Espanha e o Fórum Social Tóquio, em Tokyo, Korean YMCA.¹¹

Em 2011, o FSM foi realizado em Dakar, Senegal e a edição de 2012 volta a ocorrer em Porto Alegre. A prática dos Fóruns Sociais

Mundiais criou redes de redes e estimulou o desenvolvimento de inúmeros encontros e eixos temáticos, como por exemplo Fórum Social das Américas (FSA), o Fórum Mundial da Educação (FME), Fórum Lixo e Cidadania, Fórum Municipal de Saúde, entre vários outros. Nesse sentido, Gohn observa que:

Os fóruns têm criado redes que ultrapassam as fronteiras nacionais e tem alterado a linguagem e a cultura do mundo associativo. De certa forma, tem pautado as ações das redes de movimentos e ONGS. Todos juntos são os novos agentes estruturantes das redes movimentalistas e mobilizatórias, construindo e definindo os espaços e os vínculos de sociabilidade e cultura política.¹²

Sobre a dimensão do FSM, Isabel Loureiro, José Correia Leite e Maria Elisa Cevalco, organizadores do livro *O espírito de Porto Alegre*, escreveram que o Fórum foi algo:

[...] muito maior do que seus proponentes poderiam imaginar. De um evento que combina debates, articulações, iniciativas simbólicas e atividades festivas, ao

multiplicar-se em fóruns regionais e continentais ele está se transmutando no foco de um amplo processo de recomposição e desenvolvimento do campo anti-neoliberal no plano internacional. O método do Fórum é adequado para isso: define-se como um espaço e não uma organização [...] é um método muito útil em uma conjuntura histórica de fragmentação, desorganização programática e ausência de horizonte estratégico comum, mas também de revalorização do internacionalismo, busca do diálogo entre os distintos movimentos.¹³

Cabe aqui a apresentação de dois quadros sistematizados por Gohn (2010) que apresentam o número de entidades participantes do primeiro e do segundo FSM. O objetivo dessa apresentação é observarmos a quantidade representativa de 42 entidades do primeiro Fórum (2001) e a quantidade representativa de 113 entidades, no segundo Fórum (2002), um aumento significativo, que demonstra a visibilidade e a repercussão do FSM, pelo Brasil e pelo mundo. Também podemos observar as áreas de atuação que compunham essas entidades:

Quadro 1 – Perfil de 42 entidades brasileiras (em um universo de 184)

Atores	Áreas de atuação	
12 Movimentos	Direitos humanos	2
	Mulheres	3
	Associações de moradores	2
	Conselhos populares	3
	Trabalhadores rurais	1
	Central de movimentos populares	1
11 ONGs	Jovens	3
	Mulheres	3
	Ambientalistas	2
	Direitos humanos	1
	Cultura	1
	Centros de estudos	1
18 Sindicatos	Central sindical	3
	Associação profissional	2
	Sindicatos – Categorias específicas	13

Fonte: Gohn, Maria da Glória. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009, p. 63.

Quadro 2 – Perfil das entidades participantes das conferências de II FSM/2002

Atores	Áreas de atuação	
12 Movimentos	Direitos humanos	6
	Mulheres	6
	Associações de moradia	3
	Ambientalistas	3
	Trabalhadores rurais	2
	Descendentes afro	2
	Indígenas	5
	Religiosos	1
	Opção sexual	1
	Antiglobalização	3
	Democracia participativa	3
11 ONGs	Jovens	1
	Imigrantes	4
	Ambientalistas	11
	Comércio e dívida externa	36
	Educação	6
	Saúde	6
	Produção cultural	2
	Observatório internacional	5
	Redes solidárias	4
	Mídia	5
	Alimentação	2
	Povos indígenas	1
16 Centros de estudos	Universitários	13
	Independentes	3
18 Sindicatos	Central sindical	3
	Sindicatos	2

Fonte: Gohn, Maria da Glória. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009, p. 66-67.

Segundo a autora, a dificuldade de mapear essas entidades foi imensa, tendo em vista as simultâneas *faces*, dos movimentos, que atuam como ONGs e como movimentos sociais. Essa característica dos movimentos sociais contemporâneos é identificada por vários autores, como, por exemplo, parte de uma citação que encontraremos ainda no trabalho de Gohn: “um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva”,¹ já Melucci considera a ação coletiva uma das formas de movimentos sociais que, segundo ele, podem ser reivindicatórios ou políticos.

Após essas definições, há que se considerar que a MMM é constituída de todos esses elementos reivindicatórios, políticos, e promove ações coletivas, assim como várias outras entidades.²

Nesses quadros, observamos ainda que o número de movimentos e/ou ONGs de mulheres permaneceu o mesmo nos dois Fóruns, Gohn apresentou somente as entidades participantes no segundo FSM e entre os movimentos de mulheres estavam: a Marcha Mundial das Mulheres (representada por participantes de outros países, como

as Filipinas, a Índia, entre outros). Também estiveram presentes, conforme Gohn, outras cinco entidades:

[...] Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía (Peru), Articulación de Mujeres Marco-Sur (Uruguai), Rawa (Associação de mulheres do Afeganistão), Mulheres de negro (Israel), The Association for the advancement of senegalese women (Aprofes) (Senegal).³

A MMM, que se conceitua como um movimento antiglobalização, está inserida nessa dinâmica dos movimentos sociais contemporâneos, em vários aspectos, começando pela pauta de reivindicações por liberdade reprodutiva, pelo direito à contracepção e ao aborto e contra o assédio sexual e a violência. Segundo Ilse Scherer-Warren, “a MMM, como muitos movimentos sociais que se constituíram a luz dos movimentos alterglobalização, é uma rede interorganizacional”.⁴ E, segundo Mirian Nobre e Nalu Faria, coordenadoras da MMM:

Nós da Marcha mundial das Mulheres desde o início nos constituímos como parte do movimento antiglobalização e nos colocávamos o desafio de como fortalecer a presença e a agenda feminista neste movimento de movimentos. O Fórum Social Mundial e a Rede dos Movimentos Sociais que nele se criou têm sido nosso terreno privilegiado para construir análises e agendas e para exercitar novas abordagens e formas de organização.⁵

Nesse contexto, a organização das forças sociais de esquerda e a conjuntura política e econômica do Brasil, em 2002, foram determinantes para a eleição de mais um político proveniente da classe trabalhadora na América Latina: Luis Inácio Lula da Silva, pelo PT. A relação desse governo com

os movimentos sociais foi de maior abertura ao diálogo do que nos governos anteriores. Sobretudo, Lula reconheceu formalmente as centrais sindicais de trabalhadores e promoveu um diálogo permanente com as organizações do movimento sindical e popular, tornando-os protagonistas das políticas públicas por meio de centenas de conferências setoriais, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

No primeiro mandato de Lula houve uma eclosão de mobilizações sociais e, em 2005, vários foram os movimentos que buscavam o reconhecimento de suas reivindicações e/ou princípios. Esses, em formato de marchas, buscaram visibilidade, tanto dos governos como de toda a sociedade civil, como, por exemplo: a Marcha Mundial das Mulheres; a Marcha Zumbi + 10, que é um movimento negro que busca discutir e propor ações para o combate aos impasses nacionais a serem solucionados para a construção de um Brasil sem racismo, justo e igualitário; a Marcha das Margaridas, que é um movimento de mulheres trabalhadoras na agricultura, coordenado pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre outras. Cabe aqui ressaltar que essas organizações de redes se abrem para a diversidade e se mobilizam também pela visibilidade gerada pela internet. Segundo Gohn:

A maioria dos movimentos identitários e culturais atua em conjunto com ONGs e tem sido bastante noticiado pela mídia. Muitas vezes lhes são atribuídos muito mais poder e força do que de fato possam deter. Isso ocorre por dois motivos: de um lado como resultado de suas lutas que criaram uma nova gramática no imaginário so-

cial e lhes conferiu legitimidade. Por outro lado, este superdimensionamento resulta também da forma como a mídia apaga o conflito, a diferença.⁶

Sobre a rearticulação de lutas e movimentos sociais que se observa na América Latina, que se opõe ao modelo econômico vigente e à situação de desemprego e miséria que as políticas de globalização têm gerado nas últimas décadas, Gohn escreve:

Estamos vivendo um novo momento na trajetória do associativismo brasileiro. Os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, mas há uma pluralidade de movimentos que se diferenciam não apenas por suas causas, demandas e anos de existência, mas também por seus projetos e sua visão de mundo, por seus objetivos e suas articulações – internas e externas.⁷

Como mencionado, a categoria de atores sociais é utilizada por Gohn, tendo em vista que eles muitas vezes se envolvem em frentes de luta que não dizem respeito, prioritariamente, a problemáticas da classe social, como, por exemplo, as questões de gênero, étnicas e ecológicas. Em um período turbulento e caótico, a possibilidade da construção de sujeitos e da transformação desses em atores politicamente ativos passa, segundo Scherer-Warren, pela transformação “das carências em demandas, destas demandas em pautas políticas e das pautas políticas em ações de protestos” (2008, p. 508).

Mas, para isso, os movimentos precisam “ter a capacidade de provocar a identificação coletiva em torno do conflito, de adversários principais a serem enfrentados e da construção de projetos e utopias de mudanças”. Isso acontece num contínuo pro-

cesso em construção e resulta das múltiplas articulações, internas e externas dos movimentos sociais. Assim, conforme Scherer-Warren:

É a partir de uma nova lógica associativa que a diversidade dos movimentos sociais latino-americanos vem se articulando em redes políticas. [...] Se, por um lado, esse encontro da diversidade dos movimentos representa também a possibilidade de fragilidade das lutas, devido à sua fragmentação e efemeridade, por outro lado, representa um avanço no plano do reconhecimento intersujeitos e inter organizacional, criando um potencial de democratização no âmbito das relações sociais e políticas.⁸

As redes de movimentos sociais encontram-se abertas para o diálogo intercultural e as possibilidades de superação dos conflitos, tanto interna como externamente se ampliam. Dessa maneira, buscam enfrentar as formas híbridas de desigualdade e exclusão, assim, nas palavras de Scherer-Warren, as redes de movimentos sociais, na atualidade:

caracterizam-se por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais – dos agrupamentos de base às organizações de mediação, aos fóruns e redes políticas de articulação.⁹

Sobre as formas dos movimentos sociais contemporâneos elaborarem suas ações, Sader escreve: “depende, sobretudo, das experiências vividas e que ficam plasmadas em certas representações que aí emergiram e se tornaram formas de o grupo se identificar, reconhecer seus objetos, seu inimigos, o mundo que os envolve” (2001, p. 44). Nesse sentido, a MMM está inserida

num contexto, no qual a historicidade da luta por direitos e contra a exclusão se acirra no século XXI. Especialmente, vimos que na travessia do século XX para o século XXI, segundo Scherer-Warren, os movimentos sociais:

passaram a ser catalizadores das tensões e conflitos sociais. [...], [adquirindo] um papel chave como ator político em um Estado democrático, pela importância reconhecida como portador legítimo e representante *dinâmico* de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil.¹⁰

Para Melucci, os movimentos sociais podem ser classificados conforme suas condutas, podendo se encaminhar para um movimento reivindicatório ou um movimento político, ou ainda para um movimento antagonico, sendo esse último o mais explorado pelo autor, que o considera como a ação coletiva que se baseia na solidariedade compartilhada, através da qual os atores coletivos se reconhecem e são reconhecidos como parte da mesma unidade social. Nesse sentido, para ele:

a ação coletiva é um sistema de ação multipolar que combina orientações diversas, envolvendo atores múltiplos e implica um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma às suas relações. Os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de definir-se e de definir a sua relação com o ambiente (outros atores, recursos disponíveis, possibilidades e obstáculos).¹¹

Dos autores que elencamos como pilares para essa discussão, todos desenvolvem concepções referentes aos movimentos sociais, bem como buscam classificá-los e analisá-los, considerando aspectos em comum do atual contexto social e político.

Assim, um conceito complementa o outro e podemos considerá-los convergentes, como, por exemplo, a denominação dos sujeitos: Melucci usa a expressão “atores coletivos” e Sader utiliza “sujeito coletivo”; Gohn refere-se a eles como “atores sociais”, “atores sociais coletivos” e também como “ativistas”; Scherer-Warren utiliza “atores politicamente ativos”. Assim, apesar de denominações diferentes, guardam entre si profundas semelhanças. Outro aspecto comum entre esses autores é a rejeição aos determinismos de classe para a transformação das esferas sociais e culturais. Para eles, um movimento social não é mera resposta a uma crise, mas a expressão de um conflito. Por exemplo, para Melucci:

Nos sistemas contemporâneos, os sinais se tornam intercambiáveis e o poder se situa nas linguagens e códigos que organizam o fluxo das informações. A ação coletiva, pelo fato de existir com a própria forma e os próprios modelos de organização, representa uma mensagem enviada para o resto da sociedade.¹²

Gohn propõe uma análise das principais formas de associativismo civil no Brasil, expressas em movimentos sociais e redes de associações civis e fóruns, considerando a multiplicidade de possibilidades em decorrência do uso da internet. A autora afirma serem necessárias metodologias específicas para se compreender as redes de mobilizações contemporâneas. Segundo essa autora, os movimentos sociais podem ser explicados como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando

um campo político de força social na sociedade civil. Ela esclarece que:

Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constitutivos: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases; lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilização; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.¹³

Nessa perspectiva, Gohn fundamenta sua conceituação em categorias que emergem de processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito. Assim, os movimentos sociais são expressões do poder da sociedade civil que buscam provocar uma correlação de forças. Todavia, a força social de um movimento depende do lugar e do grau do conflito que ele ocupa no cenário mais amplo da luta social. Segundo a autora, “o conjunto de fatores – carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo – resultará na força social do movimento, gerando um campo de forças do movimento social”.¹⁴

Para Scherer-Warren, um movimento social é uma ação coletiva que é composta de solidariedades, manifesta conflitos e implica a ruptura dos limites. Esses elementos juntos compõem um processo articulado que é construído e denominado pela autora como rede de movimento social, que pres-

supõe: “a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas”.¹⁵

Scherer-Warren isa a capacidade ou o potencial de redes de movimentos sociais na construção de referenciais emancipatórios, partindo do pressuposto de que as demandas devem ser traduzidas em representações simbólicas, “a fim de aproximar os atores das redes, permitir a construção de identidades coletivas e criar elos simbólicos de referência no interior das redes, que possibilitem a convergência de suas pautas políticas”,¹⁶ complementando que a análise das redes de movimentos devem compreender:

[...] as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar significados dos movimentos sociais num mundo cada vez maior de movimento de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros.¹⁷

A MMM está inserida nesse contexto, no qual os aspectos sociais e o desenvolvimento das ações coletivas estão em constante transformação nesse início de século, o que possibilita a emergência cada vez mais de movimentos que lutam por causas e demandas diversas. Nessa perspectiva podemos considerar a Marcha como um movimento social contemporâneo, em forma de rede, que realiza ações coletivas em torno da sua plataforma política, que é ampla e se articula com os demais movimentos e organizações que a compõe.

Assim como nos demais movimentos contemporâneos que tiveram origem no final do século XX, como já mencionamos, na Marcha Mundial das Mulheres os atores sociais são múltiplos e se organizam a partir de demandas diversas, desenvolvendo ações coletivas que decorrem de lutas sociais que relacionam questões sociopolíticas, econômicas e culturais.

Abstract

This article intends to situate the World March of Women (WMW) in contemporary studies on social movements. Whereas some aspects of the contexts in which they evolved movements in networks and MMM - which is considered a contemporary social movement, fluid and heterogeneous. This literature review sought to know part of the social context of the twenty-first century, as well as discussions about social movements, seeking a greater understanding of the MMM in this context.

Keywords: Action conference. Social Movements. World March of Women.

Resumen

El presente artículo procura situar la Marcha Mundial de las Mujeres (MMM) en los estudios contemporâneos sobre los movimientos sociales. Considerando algunos aspectos de los contextos nos cuales se desarrollaran los movimientos en red y la MMM - que es considerada un movimiento social contemporâneo, fluido y heterogêneo. Esta investigación bibliográfica pretendió conocer par-

te del contexto social del siglo XXI, así como las discusiones acerca de los movimientos sociales, intentando una más amplia comprensión de la MMM en este contexto.

Palabras-clave: Acción colectiva. Marcha Mundial de Las Mujeres. Movimientos sociales.

Notas

- ¹ DENNING, Michael. Esquerda Global? Os movimentos sociais na era dos três mundos. In: LEITE, José Correia; LOUREIRO, Isabel Maria. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 69.
- ² Ibidem, p. 70.
- ³ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, Rosas dos Tempos, 1997, p. 37-39.
- ⁴ GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009, p. 134.
- ⁵ DENNING, op. cit., p. 76.
- ⁶ Ibidem, p. 66.
- ⁷ GOHN, Op. cit, p. 32.
- ⁸ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 311.
- ⁹ Ibidem, p. 314.
- ¹⁰ Ibidem, p. 315.
- ¹¹ GOHN, op. cit, p. 142.
- ¹² SCHERER-WERREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006, p. 110.
- ¹³ GOHN, Op. cit, p. 155.
- ¹⁴ SCHERER-WERREN, op. cit., p. 110.
- ¹⁵ GOHN, Op. cit., p. 150.
- ¹⁶ SCHERER-WERREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais na América Latina- caminhos para uma política emancipatória?* Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008, p. 508.
- ¹⁷ Ibidem, p. 514.
- ¹⁸ MACHADO, Jorge Alberto S. *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n. 18, jul./dez. 2007, p. 265.
- ¹⁹ GOHN, op. cit, p. 172-173.
- ²⁰ LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa. *O espírito de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 11-12.
- ²¹ GOHN, op. cit, p. 14.

- ²² MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- ²³ GOHN, Op. cit., p. 70.
- ²⁴ SCHERER-WERREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006, p.116.
- ²⁵ <http://sof.org.br/marcha/>. Acesso em: 12 de jan. 2012.
- ²⁶ GOHN, op. cit, p. 150.
- ²⁷ GOHN, op. cit, p. 70.
- ²⁸ SCHERER-WERREN, 2008, op. cit., p. 509.
- ²⁹ Ibidem, p. 515.
- ³⁰ SCHERER-WERREN, 2006, op. cit., p. 259.
- ³¹ MELUCCI, op. cit., p. 46.
- ³² Ibidem, p. 27.
- ³³ GOHN, op. cit., p. 70, p. 14.
- ³⁴ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- ³⁵ SCHERER-WERREN, 2006, op. cit., p. 113.
- ³⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 1993, p. 10.
- ³⁷ Idem.

Bibliografia

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosas dos Tempos, 1997.

DE MOND, Nadia. *Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos*. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, jul./dez. 2003.

DENNING, Michael. Esquerda Global? Os movimentos sociais na era dos três mundos. In: LEITE, José Correia; LOUREIRO, Isabel Maria. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 61-85.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*.

Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GOMES, Ângela Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel et al (Org.). *Culturas políticas: ensaios de História cultural, história política e ensino de História*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2005.

<<http://sof.org.br/marcha/>>. Acesso em: 12 de jan. 2012. <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=14_1&cd_language=1>. Acesso em: 12 de jan. 2012.

LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa. *O espírito de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MACHADO, Jorge Alberto S. *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 1993.

_____. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. *Redes de movimentos sociais na América Latina- caminhos para uma política emancipatória?* Cadernos CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.